



VIII-034 – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS ESTADUAIS DA ZONA RURAL: PERCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES

Cláudio Luís de Araújo Neto⁽¹⁾

Engenheiro Sanitarista e Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Amanda Paiva Farias⁽²⁾

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Willian de Paiva⁽³⁾

Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Universidade Estadual da Paraíba no Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (UEPB).

Endereço⁽¹⁾: Rua José Silveira, 52 - Centro – Salgado de São Félix - PB - CEP: 58370-000 - Brasil - Tel: (83) 9 8790 7200 - e-mail: claudioluisneto@gmail.com

RESUMO

Com a intensificação das discussões sobre as problemáticas ambientais, com a criação da Lei 9795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e com o ingresso da temática meio ambiente nos Parâmetros Curriculares Nacionais verificou-se a necessidade de traçar um panorama da educação ambiental a partir da aplicação de questionário a gestores das escolas estaduais da zona rural do município de Salgado de São Félix - PB. A observação em sala de aula, o uso de questionários e as legislações vigentes foram os meios utilizados para se obter os dados que possibilitaram a reflexão acerca da temática. Com esta pesquisa foi possível concluir que o modo como a Educação Ambiental é praticada nas escolas estaduais não estão em consonância com as políticas, diretrizes e parâmetros curriculares nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Escola Pública, Gestores Escolares.

INTRODUÇÃO

Os atuais problemas ambientais são decorrentes de falhas no processo histórico da formação humana. Por isso, são grandes os desafios encontrados quando se direciona as ações humanas para a questão ambiental, porque elas estão relacionadas com mudanças de atitudes e hábitos.

As transformações provocadas pelo homem no ambiente não obedecem às leis de conservação da natureza, favorecendo as leis econômicas. Busca-se modificar de forma útil à matéria prima fornecida pela natureza, para nosso próprio bem estar, desenvolvendo um processo de interação entre homem/natureza, mas esse processo desencadeia uma relação desigual, pois modifica de forma significativa o meio ambiente (ARESI e MANICA, 2010).

Fugindo do princípio de gestão ambiental, este é um conjunto de medidas de ordem técnica e gerencial que visam assegurar que o empreendimento seja implantado, operado e desativado em conformidade com a legislação ambiental e outras diretrizes relevantes, a fim de minimizar os riscos ambientais e os impactos adversos, além de maximizar os efeitos benéficos.

A formação econômica atual demanda consumo e produção em larga escala, as relações políticas e econômicas que permitem dar continuidade a essa formação econômica resulta na exploração desenfreada dos recursos naturais e esses processos de exploração são hoje responsáveis por boa parte da destruição e degradação dos recursos naturais e ao mesmo tempo, estão colocando em risco a sua renovabilidade (BRASIL, 2001).



Brügger (2004) acrescenta que as questões ambientais passaram a ter maior importância a partir da década de 1980, quando os jornais começaram a noticiar os desastres ecológicos, que passaram a fazer parte de nossa vida. Estas catástrofes, segundo Aresi e Manica (2010) têm origem a partir da industrialização que desencadeia desequilíbrios ambientais, como o desmatamento, a poluição do ar e das águas, a extinção de algumas espécies e a interferência nas mudanças climáticas.

Porém, convém sempre destacar que este é um tema muito importante e que deve estar presente não somente na sala de aula como um assunto transversal, mas também na vida de cada um. Entretanto, muitas pessoas ainda não deram a atenção merecida e quando percebem a importância deste, discutem as causas que levaram a tal degradação e raramente o que se pode fazer para tentar minimizar.

Conforme Loureiro (2000), a educação ambiental surge no cenário mundial como uma área a ser implementada, tendo em vista a crescente conscientização sobre a problemática ambiental, do qual é vitimado todo o planeta. A Educação Ambiental (EA) deve ser reconhecida como um instrumento importante para promover mudanças nos valores e atitudes individuais e coletivas. Para que isso ocorra é necessário que, além de conceitos e informações, as escolas se proponham a trabalharem com atitudes e com formação de valores (ARESI e MANICA, 2010).

Educação ambiental é um processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999). Segundo Reigota (1994), a escola é um dos locais privilegiados para a realização da educação ambiental, desde que dê oportunidade à criatividade. Pode-se dizer que não há limites de idade para a educação ambiental, pois ela tem um caráter variável e dinâmico, porém os conteúdos devem estar em consonância com a faixa etária do público alvo.

Educação ambiental, como perspectiva educativa, é um tema transversal que pode estar presente em todas as disciplinas, permitindo focar as relações entre a humanidade e o meio natural, sem deixar de lado as suas especificidades (REIGOTA, 1994).

Considerando a educação ambiental como um componente essencial no processo de educação, que possibilita uma sensibilização e compreensão dos alunos sobre os problemas ambientais existentes, da sua responsabilidade como cidadão, direcionada ao meio ambiente. A escola é o espaço social onde os alunos são sensibilizados para as ações ambientais, e fora da escola o aluno será capaz de disseminar esse conhecimento, obtendo assim a formação de uma consciência crítica regional.

A educação ambiental é um processo permanente, onde o indivíduo e a comunidade tomam consciência do meio ambiente, adquirindo conhecimento, habilidades, valores, e assim se tornam aptos para agir individualmente ou coletivamente buscando soluções para os problemas atuais.

Conhecer como a Educação Ambiental é trabalhada nas Escolas Públicas é de grande importância, pois, ela influencia na mudança de comportamento, na conscientização, e no conhecimento do grupo escolar em relação ao meio ambiente.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi segmentada em três etapas: a primeira etapa refere-se ao levantamento de dados teóricos, que deram subsídios para a realização da pesquisa, mediante bibliografia especializada, visitas à área de estudo e elaboração dos instrumentos utilizados na pesquisa (questionários, roteiro de entrevista); a segunda etapa refere-se às pesquisas de campo para coleta de dados, com aplicação de instrumentos metodológicos e a terceira etapa constituiu-se na sistematização dos dados, com a análise e seleção das informações coletadas.

O levantamento bibliográfico subsidiou a sustentação teórica da pesquisa onde vários materiais de natureza científica foram consultados e selecionados conforme os temas trabalhados, só assim, foi possível aproximar a realidade educacional com o conhecimento científico. Também foram utilizados os principais documentos que



norteiam a política de Educação Ambiental no Brasil e no mundo, a saber: Constituição Federal, Parâmetro Curriculares Nacionais (PCNS), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas estaduais da zona rural do município de Salgado de São Félix.

A pesquisa de campo, segundo Marconi e Lakatos, (2002), é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

A metodologia obedeceu aos pressupostos do método quanti-qualitativo a fim de colher particularidades e interpretações individuais para se obter o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ideias e opção. Por este método foram observadas as práticas de educação ambiental no currículo da escola, objetivando analisar o currículo escolar em torno das questões e problemas ambientais no ambiente escolar.

O procedimento escolhido para investigação do tema foi à aplicação de questionário. De acordo com Gil (2002), o questionário é um instrumento de coleta de dados que se caracteriza pela interrogação direta das pessoas, possibilitando a obtenção de resposta acerca do que sabem, fazem e creem.

O trabalho investigou as variáveis referentes à Educação e ao Meio Ambiente. Assim, os resultados obtidos figuram como importante suporte interpretativo na análise das práticas de educação ambiental no currículo da escola. Neste sentido, ao adotar estas abordagens, buscou-se compreender os sentidos subjetivos e empíricos que operam a educação escolar que a cada dia vem se deparando com as problemáticas ambientais causadas pela mudança econômica, política e cultural de uma sociedade que não consegue dar conta dessa nova racionalidade.

A pesquisa foi desenvolvida em todas as Escolas Estaduais da zona rural do município de Salgado de São Félix - PB, que, por motivos éticos, foram denominadas de Escola A, Escola B, Escola C, e Escola D.

Segundo Fernandes et al. (2003), a base do sucesso de uma pesquisa envolvendo percepção ambiental está diretamente ligada à qualidade do questionário adotado. Nesse estudo, a avaliação do nível de percepção ambiental dos gestores foi realizada através da aplicação de questionários, compostos por perguntas discursivas e de múltipla escolha.

Os questionários foram aplicados no mês de outubro de 2014, e as aplicações destes ocorreram em um momento único. Esse procedimento teve o objetivo de evitar comunicação entre os participantes da pesquisa, diminuindo, dessa forma, a possibilidade de interferências externas nas respostas. Para evitar qualquer tipo de direcionamento de respostas, ainda que intencionalmente, não foi permitido nenhum tipo de orientação específica ou de interpretação das questões, mesmo quando solicitadas, ficando a encargo do entrevistador apenas a entrega e recolhimento dos questionários.

RESULTADOS

Das quatro escolas participantes, apenas os diretores de duas delas responderam os questionário, os outros dois diretores afirmaram que por falta de tempo não tinham como responder o questionário no ato da entrega, que seria necessário, em média, um dia para responderem as perguntas.

As diretoras que responderam os questionários possuem menos de um ano de tempo de serviço na escola, uma possui ensino superior completo e a outra especialização. Quando questionadas sobre o conceito de educação ambiental responderam que “é uma atividade intencional da prática social dos seres humanos em relação à natureza” e que é “a reeducação das pessoas para o cuidado com meio ambiente”. Estes conceitos estão de acordo com a Política Nacional da Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9795/1999, onde diz que educação ambiental são os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.



As duas escolas possuem Projeto Político Pedagógico (PPP), tendo a educação ambiental inserida no currículo da escola. Porém, o PPP não deve ser somente um documento que agrupa uma série de planejamentos e de elementos relativos à Escola, como seu funcionamento, sua organização e sua missão, mas deve ser encarado como um processo que está em permanente construção, onde todos os atores sociais possam dialogar e se relacionarem, visando uma melhoria do processo educacional. Por isso que a educação ambiental além de estar inserida no currículo escolar, deve-se haver uma práxis constante dessa temática.

Para que haja uma consonância na prática da Educação Ambiental é necessário que a direção escolar sempre se reúna com seu corpo docente, permitindo assim a interdisciplinaridade dos temas transversais e resultados exitosos. Quando a direção escola foi questionada se há reuniões com os professores para a construção de temáticas em educação ambiental apenas uma diretora respondeu que sim, a outra não se posicionou a este questionamento. Talvez o tempo de quatro meses na direção escolar não foi suficiente para objetivar as práxis da Educação Ambiental, por isso que se optou por não responder, porém a escola pretende traçar metas para o desenvolvimento da educação ambiental.

Quando questionadas sobre os apoios que a escola recebe para realizar atividades de cunho ambiental, as diretoras responderam que há apoio da secretaria de educação do município e de postos de saúde para a promoção de palestras, informes e reuniões permitindo não apenas o envolvimento de professores, funcionários, alunos e pais de alunos nas atividades escolares.

Mas, para que a educação ambiental seja um instrumento de efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é necessário que todos compreendam o que é meio ambiente. Para os diretores meio ambiente são os seres vivos, os recursos que a natureza oferece e o lugar onde os seres vivos habitam e relacionam-se uns com os outros. Tendo na escola e em suas circunvizinhanças o saneamento básico e a coleta de resíduos como principais problemas ambientais. Porém as escolas vêm desenvolvendo diversos projetos de cunho ambiental como “A importância da reciclagem” e “O lixo e a coleta seletiva” com participação ativa dos alunos.

CONCLUSÕES

Diante de tantas funções e desafios que compete à escola, esta pesquisa procurou demonstrar se a escola vem realmente cumprindo o seu papel, uma vez que a educação é essencial à promoção de valores e que possibilita o aumento da capacidade de compreender as questões ambientais.

As experiências adquiridas durante a pesquisa, já podem afirmar que a hipótese levantada no início da pesquisa não se confirma totalmente na realidade da escola, pois a educação ambiental não está sendo desenvolvida conforme as diretrizes e parâmetros nacionais curriculares.

Verificou-se que as ações e projetos/práticas que contemplam a temática ambiental podem até fazer parte do PPP das escolas, porém acontecem de forma isolada, voltadas principalmente para o espaço interno das escolas, não contemplando nenhuma ação perceptível no espaço externo.

Observou-se que existem alguns profissionais desinteressados ou desmotivados, que existem em qualquer campo de trabalho, e que necessitam participar mais, interagir e intervir na realidade em que estão inseridos. Freire (2004), procurando discutir o papel do trabalhador social no processo de mudança, pontua que o ser humano não pode ser uma pessoa neutra perante o mundo, ou adere a uma mudança social, ou permanece na conjuntura em que se encontra.

Verificou-se que a relação ensino-aprendizagem em torno das questões e problemas ambientais nas escolas e no seu entorno, vêm acontecendo, embora com algumas dificuldades principalmente quando se trata de metodologias e fundamentos nas práticas dos educadores que têm de utilizar suas experiências, pois a parcela pesquisada não tem formação específica. Cabe, portanto, aos gestores, juntamente com os órgãos mantenedores, propor formação continuada aos docentes assim como às universidades cabe o papel de assegurar aos futuros profissionais, conhecimentos que garantam a compreensão dos saberes ambiental, de modo que esses ensinamentos se efetivem nas salas de aula e fora delas.



Outra necessidade é a elaboração de políticas públicas, por parte dos governos que venham disponibilizar uma maior capacitação dos educadores, voltados para as áreas ambientais, pois a pesquisa demonstrou esta carência. Isto facilitará, assim, a promoção da Conscientização, Valorização, Percepção e Contextualização Ambiental nas escolas e comunidades inseridas, para que esses profissionais possam trabalhar com Educação Ambiental com a participação ativa dos mesmos em projetos voltados para a melhoria da realidade ambiental local.

Assim, essa pesquisa proporcionou a inquietação dos gestores, fazendo com que eles refletissem sobre sua função na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRANCO, Samuel Murgel e ROCHA, Aristides Almeida. Ecologia: Educação ambiental; Ciências do ambiente para universitários. São Paulo: CETESB, 1984.
2. BRASIL. Lei 6938/81; Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília-DF, agosto de 1981.
3. BRASIL. 2005. Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)/ Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 102p. Acesso: novembro de 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>.
4. BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? Brasil, Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial, Ltda. 2004.
5. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Editora Gaia, 1998.
6. FERNANDES, R. S., PELISSARI, V. B. Como os jovens percebem as questões ambientais. Revista Aprender, Ed. 13, Ano 3, Julho/Agosto 2003.
7. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio; século XXI. 4ªed. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 2001.
8. FREIRE, P. PEDAGOGIA DA AUTONOMIA - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
9. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
10. LISBOA, Cassiano Pamplona (Org.); KINDEL, E. A. I. (Org.). Educação Ambiental: da teoria à prática. Porto Alegre: Mediação, 2012.
11. LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.
12. MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 3.ed., São Paulo: Atlas, 1912.
13. MILARÉ, É. Direito do ambiente, 2ª. ed. São Paulo-SP: Editora Revista dos Tribunais, 2001.
14. SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JR., L. A. Educação ambiental como política pública. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo-SP, v. 31, n.2, p.285-299, mai/ago, 2005.